

12  
X

ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO  
Município de Água Branca  
Estado do Piauí.

PARECER JURÍDICO

REFERÊNCIA: PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 023/2023.

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO.  
INEXIGIBILIDADE. CONTRATAÇÃO DE  
ARTISTA (CHARANGA SHOW),  
DIRETAMENTE PARA APRESENTAÇÃO  
MUSICAL CARNAVALESCA NA SEDE DO  
CRAS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA-PI,  
NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2023 PARA O  
MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA-PI.

Exmo. Sr. Prefeito Municipal,

O Gabinete do Prefeito, em atendimento ao que dispõe a Lei nº 8.666/93, submete à apreciação desta Assessoria o procedimento administrativo, que culminou na inexigibilidade do processo licitatório para Contratação de artista (CHARANGA SHOW), diretamente para apresentação musical carnavalesca na sede do CRAS do município de Água Branca-PI, no dia 15 de fevereiro de 2023, referentes à orientação legal ao Município, nos termos do art. 25, *caput*, todos do diploma legal acima citado.

Dos autos do processo, constam todos os documentos requeridos pela lei nº 8.666/93, suficientes para desencadear regularmente o procedimento.

É o relatório, passamos a opinar.



18  
12

O procedimento administrativo em análise seguiu todos os requisitos formais e materiais previstos em lei, inclusive em relação ao que dispõe o Art. 26, em seu Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93.

Conforme as características dos serviços objeto deste procedimento, esta Comissão verificou que se enquadra no rol do artigo 25, III, da Lei nº 8.666/93, sendo assim, inexigível a licitação nos termos do mesmo diploma legal.

Analisada a documentação apresentada pelo artista, **DARCYEL SILVA SANTOS, CPF 945.803.833-20**, verificou-se, que o mesmo presta os serviços que o Município pretende utilizar.

Demonstrada a necessidade da prestação dos serviços, indispensável é a realização do procedimento administrativo.

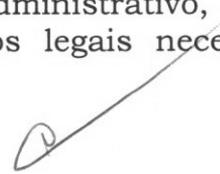
O artigo 25, III, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos prevê que na contratação aqui pretendida, é inexigível a realização do procedimento licitatório mais complexo, respaldando a legalidade desta contratação, senão vejamos:

*“Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:*

*III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.*

Diante da documentação acostada aos autos e de sua análise, resta claro que a contratação da artista, é a mais adequada à plena satisfação dos fins buscados nesta contratação.

Com relação à minuta do contrato administrativo, verifica-se que nela estão presentes todos os elementos legais necessários, exigidos no artigo 55, da Lei nº 8.666/93.



19  
18

Por fim, ressalta-se que devem ser juntados aos autos do processo administrativo os comprovantes das publicações do contrato administrativo nos termos do parágrafo único do artigo 61, da Lei nº 8.666/93, bem como comprovante de informativo ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

Desta forma, esta assessoria entende que a Comissão Permanente de Licitação agiu de acordo com a determinação legal, especialmente em relação às exigências da Lei nº 8.666/93, ao se posicionar no sentido de realizar a contratação direta do artista **DARCYEL SILVA SANTOS, CPF 945.803.833-20**, por entender ser inexigível a realização de procedimento licitatório mais complexo.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Água Branca (PI), 13 de fevereiro de 2023.



**Alexandre de Almeida Martins Lima**

**Assessor Jurídico**

**OAB-PI nº 274-B**